

A CONSTRUÇÃO DO MUNDO URBANO BIORREGIONAL: A Abordagem Territorialista Para o Planejamento e *Design* Biorregional

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2024.61.16074>

Submetido: 10/06/2024

Aceito: 17/08/2024

Daniela Poli¹
Giulia Luciani²

RESUMO

Uma abordagem territorialista para o planejamento urbano e regional, baseada no conceito de biorregião urbana, pode ser essencial para combater os atuais padrões de maldesenvolvimento territorial, oferecendo uma alternativa viável. Ao ilustrar seus princípios teóricos e operacionais com a ajuda de estudos de caso da área metropolitana de Florença, Itália, o artigo busca apresentar a metodologia territorialista para reorganizar os domínios urbano e rural, considerados como um todo, em direção a um modelo de biorregião urbana. Essa abordagem baseia-se na patrimonialização proativa do patrimônio territorial por meio de processos de tomada de decisão democrática em âmbito local, com o objetivo de um desenvolvimento local autossustentável. Redesenhar o território seguindo o modelo de biorregião urbana envolve transformar a metrópole em um sistema policêntrico conectado à rede ecoterritorial biorregional, redesenhando a borda urbana para limitar a urbanização e facilitar interações localizadas com o agroflorestal, além de revitalizar as regiões rurais e montanhosas para valorizar sua importância ecológica e promover novas oportunidades de renascimento cultural e econômico.

Palavras-chave: biorregião urbana; planejamento urbano/rural; patrimônio territorial; democracia de lugar.

URBAN BIOREGIONAL WORLD IN THE MAKING: THE TERRITORIALIST APPROACH TO BIOREGIONAL PLANNING AND DESIGN

ABSTRACT

A territorialist approach to urban and regional planning, based on the urban bioregion framework, could be essential in counteracting the current patterns of territorial *mald*development by offering a viable alternative. By illustrating its theoretical and operational principles with the help of case studies from the metropolitan area of Florence, Italy, the paper aims at illustrating the territorialist methodology to reorganise the urban and rural domains, considered as a whole, towards an urban bioregion model. This approach is based on proactive patrimonialisation of territorial heritage through democratic decision-making at the local level, with a goal of local self-sustainable development. Redesigning the territory following the urban bioregion model involves transforming the metropolis into a polycentric system connected to the eco-territorial bioregional network, redesigning the urban edge to limit the urban and facilitate localised interactions with the agro-forestry, and revitalizing rural and mountain regions to valorise their ecological significance and promote new opportunities of cultural and economic renaissance.

Keywords: urban bioregion; urban/rural planning; territorial heritage; place democracy.

¹ Arquiteta e Doutora em Arquitetura, Universidade de Florença (DiDA). Itália. <https://orcid.org/0000-0002-5166-6596>

² Engenheira e Doutora em Engenharia, Universidade de Florença (DiDA). Itália. <https://orcid.org/0000-0003-1458-314X>

INTRODUÇÃO

Cidades e assentamentos ao redor do mundo representam bem o modelo de crescimento e desenvolvimento canibalístico (Fraser, 2022) que a modernidade perseguiu e que a era contemporânea acelerou desesperadamente. A depredação da natureza, a extração ilimitada de recursos de lugares e corpos, a colonização interna e externa, o esvaziamento das instituições democráticas e a concentração de poder também estão privando os territórios de seus valores autóctones, tornando-os presas da autopropagação infinita de modelos exógenos de vida e assentamento. O cenário atual de subdesenvolvimento (Shiva, 1988), ou seja, um desenvolvimento que implica (auto)exploração e leva à (auto)destruição, deve ser considerado insustentável, no sentido de que nós, como humanidade, não podemos mais suportá-lo.

Enquanto as urbanizações em expansão e as megalópoles manifestam uma ruptura na relação coevolutiva entre natureza e cultura (Norgaard, 1994), as cidades também devem ser reconhecidas como o condensado da criatividade humana e da socialidade, da política e da interação socioambiental, onde formas inovadoras de reengajamento na coevolução da natureza e da sociedade, da economia e do cuidado com a terra podem ser experimentadas. O planejamento, nascido como uma disciplina de imposição de uma racionalidade de progresso de cima para baixo sobre o território, é desafiado a repensar radicalmente seu papel e revisar suas metodologias na busca por uma nova forma de equilíbrio. O territorialismo emergiu na década de 1970 como uma crítica às formas atuais de desenvolvimento e uma busca por um projeto alternativo baseado em uma habitação social e ecologicamente sensível (Marzocca, 2023), a ser perseguido assumindo a patrimonialização do território como base para uma forma de desenvolvimento social e econômico endógeno que se sustenta na realocação dos fluxos materiais e da tomada de decisões em direção à democracia comunitária (Magnaghi, 2020a). O objetivo de recuperar a “densidade” do território, em oposição a um território concebido como espaço vazio ou suporte inerte, implicou desde o início questionar o próprio significado de desenvolvimento, impulsionando-o a passar de um modelo predatório para regenerar o ambiente vivo.

A abordagem biorregional, especialmente sua revisitação territorialista por meio do conceito de biorregião urbana (Magnaghi, 2020b), que enfatiza o compromisso de abordar a questão dos assentamentos como vinculados ao domínio agroecossistêmico, representa um quadro poderoso para apoiar essa mudança multifacetada. Um projeto biorregional, de fato, “refere-se não apenas ao domínio do planejamento espacial e do design regional e urbano, mas também a uma nova abordagem em relação aos objetivos e métodos de criação de políticas públicas, no campo do desenvolvimento local e socioeconômico” (Fanfani; Matarán Ruiz, 2020, p. 12).

A metodologia territorialista baseada na biorregião urbana tem sido aplicada em uma variedade de contextos na Itália, por exemplo, nos planos paisagísticos da Toscana³ (Marson, 2016) e das regiões de Puglia (Poli, 2011)⁴, ou nos Planos Estratégicos das Cidades Metropoli-

³ “Piano di indirizzo territoriale con valenza di piano paesaggistico – PIT – PP da Região Toscana (2015)”. Coordenador científico do plano paisagístico: P. Baldeschi.

⁴ “Piano Paesaggistico Territoriale (PPTR) da Região Puglia” (2008). Coordenador científico do plano paisagístico: A. Magnaghi.

tanais de Roma⁵ e Florença (Poli, 2023a)⁶, na Europa – veja, por exemplo, o cenário biorregional da Região da Aquitânia, na França⁷ – assim como no Brasil, na área metropolitana de Vitória (ES)⁸. A metodologia da biorregião urbana também está sendo investigada e desenvolvida por meio do projeto de pesquisa nacional BioCode “Ferramentas de planejamento biorregional para co-projetar lugares de vida”⁹.

O NEXO TERRITORIAL ENTRE PATRIMÔNIO, DESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA LOCAL

A conceituação de território na perspectiva territorialista se baseia no legado de figuras como Patrick Geddes, Lewis Mumford e Benton MacKaye. A visão de Geddes sobre o território como resultado da coevolução entre natureza e cultura (Geddes, 1970; Mumford, 1981), em particular, é hoje considerada um elemento fundamental na definição de território (Norgaard, 1994; Magnaghi, 2020a) como o produto de fases sucessivas da civilização que, por meio de adaptações, ajustes e abandonos seletivos, produziram lugares complexos dotados de identidade e diferença.

História, memória e identidade, portanto, são elementos co-constitutivos do território, levando a uma redescoberta do patrimônio como um elemento fundamental de design na escala territorial. O “patrimônio territorial” é composto por elementos ambientais, urbanos, rurais, infraestruturais e paisagísticos que contribuem, tanto por sua permanência histórica quanto pela forma como são percebidos pela população, para moldar a identidade de uma área do ponto de vista material, perceptivo e cultural (Magnaghi, 2020a).

O patrimônio engaja-se dialeticamente com a história e está ativamente inserido nas dinâmicas culturais da sociedade atual (Davallon, 2006). Assim, o patrimônio territorial alimenta com sua materialidade a produção de memória coletiva e fixa, de maneira facilmente reconhecível, a narrativa de identidade local. A definição do que deve ser considerado patrimônio, e, portanto, o que precisa ser bem conservado e mantido como parte central do projeto, é incremental e não universal, mas construída coletivamente pela comunidade e por especialistas. Como consequência, o patrimônio recebe atenção particular não apenas como dado, mas como o processo de patrimonialização que leva uma comunidade a selecionar e decidir o

⁵ Projeto de pesquisa “Estudos, pesquisas e linhas estratégicas para reorganizar a Cidade Metropolitana de Roma em um sistema de bioregões urbanas resilientes e autossustentáveis” (2021-22), coordenado por D. Poli, financiado pela Cidade Metropolitana de Roma.

⁶ Projeto de pesquisa “A cidade metropolitana de Florença: um sistema de bioregões urbanas policêntricas, autossustentáveis e resilientes” (2017-2018), coordenado por D. Poli, financiado pela Cidade Metropolitana de Florença.

⁷ Projeto de pesquisa “Biorregião Aquitânia” (2012-2015), financiado pela Região da Aquitânia. A unidade italiana foi coordenada por Daniela Poli, financiada pela Região da Aquitânia.

⁸ A pesquisa “Um projeto integrado para valorizar o patrimônio e a identidade de Araçatuba” (2023) foi realizada pela unidade de pesquisa do Laboratório de Projetos Ecológicos dos Assentamentos (Lapei), coordenada por Daniela Poli, em conjunto com o Laboratório Patrimônio & Desenvolvimento Patri_Lab da Universidade Federal do Espírito Santo (DAU/Ufes), coordenado por Renata Hermann de Almeida.

⁹ Projeto de pesquisa BioCode – “Ferramentas de planejamento biorregional para co-desenhar lugares de vida. Capacitando comunidades locais para gerenciar e proteger recursos naturais” (PRIN 2022 PNRR), coordenado por Daniela Poli, financiado pelo Ministério da Universidade e Pesquisa da Itália e pela União Europeia. Este artigo foi desenvolvido dentro do contexto do projeto de pesquisa BioCode.

que valorizar e como ativá-lo em um projeto territorial. O patrimônio territorial é ativado por meio de um processo que chamaremos de ‘patrimonialização proativa’. Ele difere da simples patrimonialização como mera conscientização de algo como patrimônio, pois estabelece uma relação de reforço e valorização mútuos entre o recurso territorial e a identidade territorial. Assim, o patrimônio territorial não é apenas um objeto de reconhecimento e proteção, mas se torna parte integrante das práticas de gestão, transformação e cuidado territorial, onde seus papéis variam desde moldar a consciência do lugar (Becattini, 2015) e reativar práticas de cuidado, até gerar riqueza durável (entendida como bens, serviços e empregos, em vez de lucro), e fornecer a base para modelos de desenvolvimento local autossustentáveis. A inclusão do patrimônio territorial no plano espacial e no projeto territorial (Poli, 2015a) desafia a própria noção de desenvolvimento (Sachs, 2022). Para ativar o nexos recurso territorial - identidade territorial por meio de uma patrimonialização proativa, quatro são os fatores-chave (Poli, 2023b):

- (i) um ou mais patrimônios territoriais devem ser identificados pela comunidade;
- (ii) o recurso territorial deve ser ativado de acordo com diferentes trajetórias integradas, culturais, simbólicas e econômicas;
- (iii) a identidade territorial deve ser simultaneamente aprimorada com a presença de atividades de conhecimento simbólico, cognitivo e contextual;
- (iv) deve ser gerado valor agregado territorial, que não se esgota no uso e valorização econômica do recurso territorial, mas que sedimenta novas oportunidades para a sociedade local.

Nesse reconhecimento e ativação da dinâmica recurso-identidade territorial, o envolvimento social, apoiado e realizado pela ação pública (Brunori; Marangon; Reho, 2007; Meloni; Farinella, 2013), desempenha um papel primordial. Tal envolvimento ativo não se limita às formas comuns de participação, mas assume a forma de coprodução social, uma condição prévia para a reativação de uma relacionalidade territorializante entre a comunidade assentada e as matrizes naturais. Onde o planejamento apoia o estabelecimento de coalizões interessadas de atores (Pasqui, 2017) que ampliam o escopo e o alcance do autogoverno local por meio de projetos de cuidado territorial, o patrimônio territorial torna-se um “bem coletivamente apropriado” (Linck, 2012), sobre o qual se pode coconstruir um projeto territorial compartilhado. O planejamento territorialista vai além de um planejamento que simplesmente reconhece a importância da projetualidade de baixo para cima, caminhando para um onde o território é ativamente produzido como um lugar de vida para seus habitantes, marcando a transição para formas de coconstrução e cogestão, nas quais o planejamento assume um papel tanto social quanto técnico (Barbanente, 2019; Cellamare, 2019).

A BIOREGIÃO URBANA

A redescoberta do território e o reconhecimento de suas estruturas patrimoniais não implicam uma reconstrução histórica como fim, mas exigem novas formas de planejamento voltadas para restabelecer um equilíbrio coevolutivo entre o ambiente biofísico e o assentamento humano. O planejamento bioregional surgiu nos anos 1970, nos Estados Unidos (Berg; Dasmann, 1977; Berg, 1987), como uma abordagem voltada para combater a pervasividade da

explosão urbana, buscando a recomposição do mundo da vida em uma escala maior do que a da cidade. Alberto Magnaghi, ao moldar uma abordagem territorialista para o planejamento bioregional, introduziu o referencial conceitual, a ferramenta interpretativa e o marco operativo da “bioregião urbana” (Magnaghi, 2014). Em sua perspectiva, ela representa “o referencial conceitual apropriado para um projeto territorial que visa integrar os componentes econômicos (referidos ao sistema territorial local), políticos (autogoverno das áreas habitadas e dos locais de trabalho), ambientais (ecossistema territorial) e de vida (áreas funcionais e habitadas de um grupo de cidades, vilas e aldeias)” (Magnaghi, 2020b, p. 35).

Seu conceito de bioregião urbana descreve um sistema territorial local cujos principais elementos são (a) um sistema de assentamento em rede caracterizado por relações sinérgicas em vez de relações centro-periferia, (b) sistemas hidro-geomorfológicos e ambientais que coevoluem com o assentamento e os sistemas agroflorestais, e (c) formas de autogoverno do ambiente de vida pela comunidade local, voltadas para garantir a autossustentabilidade do ecossistema territorial e o bem-estar dos habitantes. Esse bem-estar não deriva da extração de recursos e do lucro, mas sim de uma valorização produtora de riqueza do patrimônio territorial e de uma tendência ao fechamento dos ciclos metabólicos territoriais. A bioregião urbana integra os sistemas hidro-geomorfológicos e ambientais mais amplos, que desempenham o papel de condição material para sua própria existência e, portanto, compreende tanto as áreas rurais e interiores quanto a cidade, como parte de um ecossistema territorial complexo, mas, em última análise, unitário (e vivo). De fato, o marco da bioregião urbana aborda conjuntamente os domínios urbano, periurbano e rural, superando a divisão urbano/rural ao considerar o assentamento e o território como um todo (Fanfani, 2020). Ao mesmo tempo, uma bioregião urbana não é um sistema isolado, apenas conectado internamente. Pelo contrário, com o apoio de redes socioterritoriais, as relações territoriais são reequilibradas para formar sistemas de bioregiões, que diferem do atual modelo de globalização hierárquica por serem caracterizados por relações sinérgicas e cooperação horizontal, dentro de uma estrutura de autossuficiência substancial e tendencial (Thayer, 2003).

Assim concebida,

[...] uma bioregião urbana, na qual cada grande cidade ou ‘aglomerado’ de pequenas e médias cidades está em equilíbrio ecológico, produtivo e social com seu próprio território, é uma alternativa à força e ao poder de uma metrópole: de fato, as bioregiões urbanas são mais poderosas do que os sistemas metropolitanos centro-periferia e os sistemas pós-metropolitanos difusos, pois produzem riqueza mais duradoura ao potencializar e interligar seus nós ‘periféricos’ em trocas multipolares (Magnaghi 2020b, p. 38).

O material primário para construir um projeto de bioregião urbana é o conjunto de conhecimentos ambientais e territoriais que foram acumulados ao longo de sua história, moldando a paisagem e a identidade distintivas da região, seu patrimônio territorial duradouro. O reconhecimento e o estudo de tais estruturas duradouras fornecem as regras para co-definir a maneira peculiar como o patrimônio territorial deve ser potencializado e um modelo de desenvolvimento local formulado, a fim de assegurar a reprodução das matrizes geradoras de vida do território.

A REASSEMBLY OF THE METROPOLIS: A CIDADE COMO UM NÓ DA REDE BIORREGIONAL ECO-TERRITORIAL

A bioregião urbana proposta por Alberto Magnaghi pode ser considerada uma poderosa ferramenta conceitual e operacional para transcender a forma metropolitana e enfrentar a complexidade das questões que atravessam uma abordagem integrada. Dado que a bioregião urbana não se equivale à área urbanizada, mas é formada por um sistema de assentamento policêntrico em diálogo com seu território mais amplo, um dos desafios é identificar seus limites. De fato, o limite da bioregião não é pré-determinado, mas emerge da interseção das diferentes matrizes de vida que a percorrem, definindo quatro tipos de espaços bioregionais (Poli, 2020):

- (i) a bacia bioregional, aludindo à metáfora da bacia hidrográfica, refere-se às dimensões ecológicas, alimentares, hídricas e energéticas que nutrem a cidade, graças à sua capacidade de potencializar a biodiversidade, produzir alimentos e energia, fornecer e regenerar água, com a tensão de fechar internamente o ciclo metabólico;
- (ii) a bioregião de proximidade, o contexto de assentamento policêntrico ao redor da cidade com seu território agro-florestal, acomoda a troca urbano-rural e é o contexto adequado de autogoverno direto das comunidades que se auto-reconhecem e se engajam em cuidar do bem comum;
- (iii) o espaço público bioregional, o espaço distintivo da bioregião de proximidade que se gera em territórios intermediários localizados dentro ou ao longo das margens de grandes urbanizações, assume o papel de espaço público em nível territorial, “uma grande praça agro-urbana” organizada por nós e redes onde as diferentes frentes urbanas se confrontam;
- (iv) a cidade bioregional, a área urbanizada propriamente dita, retoma forma e escala na reorganização de novas centralidades que são penetradas e cruzadas por redes ecológicas multifuncionais, dotadas de serviços, espaços públicos e beleza, desempenhando o papel de centro de serviços deste complexo ecossistema territorial.

Esses quatro espaços interconectados delineiam uma nova forma de urbanidade que cuida de seu ecossistema e de todas as matrizes vitais do assentamento (sistema hídrico, sistema marinho costeiro, matrizes ambientais, corredores ecológicos, nós agro-florestais, produção de alimentos, etc.). Portanto, a reorganização bioregional da cidade e da metrópole adota uma abordagem transcalar e envolve vários níveis e ações espaciais e temporais. Partindo de uma perspectiva retrospectiva sobre o território, voltada para identificar sua estrutura de longo prazo e os equilíbrios ecológicos históricos, o projeto bioregional reorganiza a metrópole por (a) reestruturar a rede ecológica multipropósito para que penetre na área urbana e a ancore nos principais redutos naturais, (b) estabilizar as bordas urbanas por meio de densificações, realocações, substituições e introdução de novos serviços agro-urbanos que também gerarão novo valor econômico para a área, (c) regenerar a área intermediária entre as urbanizações (o espaço público bioregional) por meio de operações de requalificação agro-paisagística (Poli, 2013a,b), e (d) reorganizar o tecido urbano em torno de novas centralidades.

Adotar um modelo de bioregião urbana para a metrópole significa que as estratégias e ações devem visar reequilibrar os pesos territoriais, aproveitando o potencial endógeno (histórico, social, morfológico, ecológico, ambiental, cultural, energético e econômico) do sistema de assentamento policêntrico, delineando um modelo de assentamento resiliente baseado em sua racionalidade co-evolutiva duradoura e, de forma mais geral, recuperando o valor fundacional – em termos ambientais e morfológicos, mas também sociais e econômicos – do território urbano e rural, com um compromisso de regenerar até mesmo as formas de urbanização contemporânea. Em contraste com os modelos centro-periferia, que levam, ao longo do tempo, à diminuição da qualidade de vida nas áreas centrais, o planejamento bioregional reverencia a perspectiva sobre as áreas internas, geralmente descritas em termos negativos, como marginais e periféricas. Muito pelo contrário, elas podem “oferecer serviços (ecossistêmicos, ambientais, paisagísticos, culturais) e potencial de desenvolvimento (energia, água, turismo) que, em muitos casos, apresentam um gradiente inverso, ou seja, são máximos na periferia e mínimos nas aglomerações centrais” (Dematteis, 2012).

O caso da Cidade Metropolitana de Florença

Os princípios acima foram aplicados em um projeto de pesquisa, coordenado por D. Poli e finalizado no Plano Estratégico da Cidade Metropolitana de Florença, na Itália, cujo objetivo era rearticular o território em bioregiões. Metodologicamente, a análise teve seu ponto de partida em uma perspectiva histórica, que permitiu evidenciar as formas de assentamento e racionalidades duradouras, e avançou para a identificação da relação fundacional entre estrutura de ativos, estoque de recursos e provisão de serviços ecossistêmicos/eco-territoriais (Poli, 2020; Magnaghi, 2020c). A planície florentina foi interpretada como o barycentro da “seção do vale” que se estende desde as montanhas do Mugello ao norte e as colinas ao sul, da elipse urbanizada da região central-norte da Toscana, e do vale norte do rio Arno. Trabalhar na escala da Cidade Metropolitana se mostrou adequado para provocar um fechamento tendencial dos ciclos ecológicos (água, resíduos, alimentos, energia), com um movimento transcalar do nível da bacia bioregional para o da bioregião de proximidade, onde, por sua vez, boas práticas de regeneração das matrizes vitais do assentamento poderiam ser experimentadas e disseminadas.

- (i) desempenhe funções relacionadas à categoria de serviços ecossistêmicos, incluindo mitigação de riscos hidrológicos, provisão de alimentos, atividades culturais, e assim por diante;
- (ii) acomode formas de agricultura em transição para a multifuncionalidade (Deelstra; Boyd; Biggelaar 2001);
- (iii) as economias de proximidade, baseadas em princípios de solidariedade, redes e co-participação, sejam ativadas;
- (iv) o patrimônio territorial seja cuidado e valorizado, e ações de cidadania ativa sejam iniciadas, visando à formação de “comunidades de projeto” (Poli, 2019).

A reorganização do território intermediário é construída como uma expressão de uma nova territorialidade ativa que produz economias locais e de proximidade (Mincke; Hubert, 2011), definidas principalmente em torno do Sistema Agroalimentar Local (Prigent-Simonin; Hérault-Fournier, 2012), que reorganiza uma rede econômica de sujeitos e atores (agricultores, cidadãos, restaurateurs, cantinas públicas, etc.) que fortalecem o mercado de proximidade, a consciência local e a solidariedade. Estudos de caso de uma territorialidade urbana e periurbana sensível à alimentação vêm de Paris, com seus jardins compartilhados; Roma, um dos contextos rurais mais importantes da Itália e da Europa, com seu número de hortas; e Detroit, arruinada pela crise industrial e em transição para uma nova forma híbrida de cidade rural. Não apenas as cidades estão recuperando sua área de abastecimento de alimentos em termos espaciais: também é uma demanda social para que as comunidades desempenhem um papel fundamental na organização das cadeias de produção/consumo, unindo soberania alimentar e “reespacialização dos sistemas alimentares” (Feagan, 2007, p. 27).

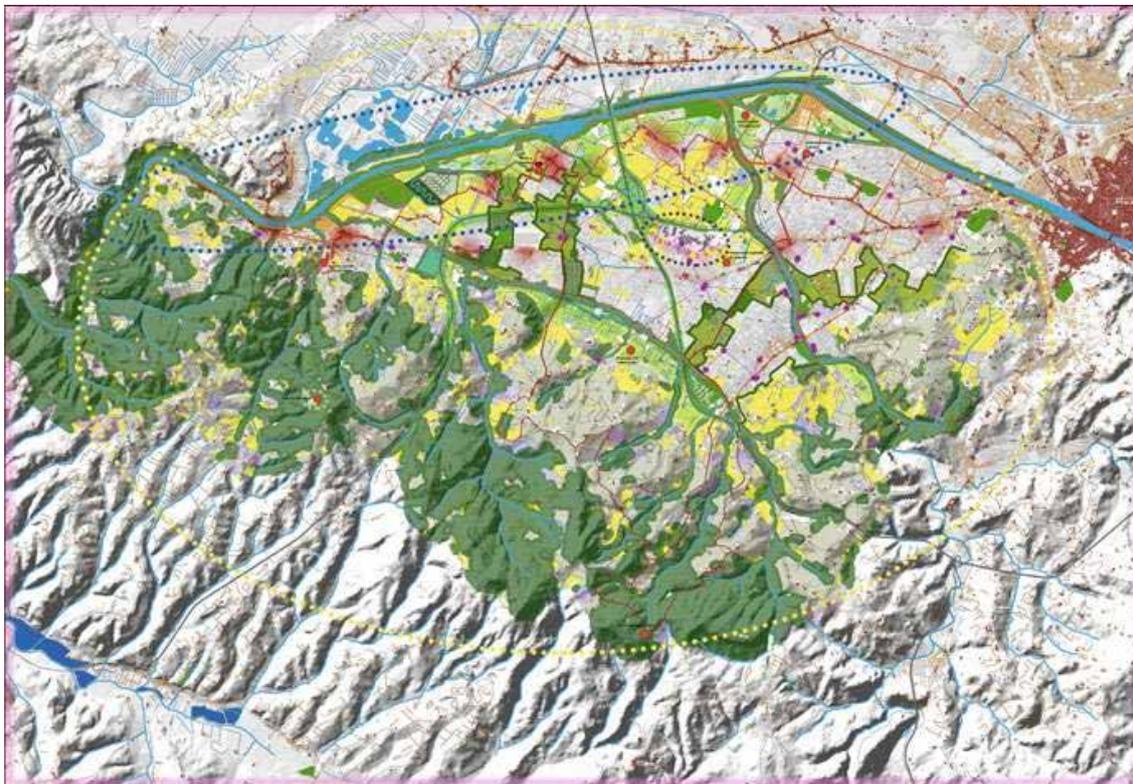
O caso do Parque Agrícola do Lado Esquerdo do Rio em Florença

O projeto de pesquisa-ação ‘Agricultando com o Arno. Parque agrícola ribeirinho’ (Poli, 2019) envolveu a área periurbana localizada entre os municípios ribeirinhos de Florença, Scandicci e Lastra a Signa, uma das áreas mais urbanizadas da Toscana, conhecida até a década de 1950 como “as hortas de Florença”. O projeto, que começou com um memorando de entendimento entre várias entidades (Região, Província de Florença, Municípios, Universidade de Florença) para a valorização da agricultura periurbana (Butelli, 2015), experimentou uma combinação entre a dimensão do acordo do contrato do rio (Bastiani, 2011) e o planejamento integrado do parque agrícola multifuncional. O resultado do processo participativo consistiu em um cenário estratégico para o parque agrícola multifuncional como espaço público bioregional, e um esquema de doze acordos sociais voluntários entre atores públicos, privados e sociais para fomentar a transformação territorial.

Tomado como um todo, o projeto, ao colocar a agricultura periurbana como um elemento central na requalificação do território, incorpora a transição fundacional da fazenda multifuncional para o território multifuncional. A passagem é alcançada por meio de projetos integrados coordenados e multifuncionais, geridos por coalizões de atores que estão unidos pelo reconhecimento do patrimônio territorial e pela vontade de valorizá-lo por meio de ações integradas, socialmente definidas e compartilhadas.

UMA REATIVAÇÃO INTEGRADA DAS ÁREAS RURAIS E MONTANHOSAS

Figura 2 – O cenário de design estratégico biorregional para o Parque Agrícola da Margem Esquerda.



Fonte: D. Poli e E. Butelli, 2023.

A abordagem bioregional realça as características específicas dos contextos territoriais, definidos pela interseção de vários fatores (relevo, clima, água, assentamentos, florestas, economias etc.) e trocas ecológicas entre os diferentes componentes (montanhas, colinas, planícies, vales fluviais), orientando-se globalmente para a regeneração integrada de ativos e recursos territoriais. Portanto, o alto valor das áreas rurais interiores ou montanhosas para toda a bioregião urbana é reconhecido, com sua rica dotação de ecossistemas, conhecimentos, lugares e paisagens. Não mais concebidas em oposição ou como uma alternativa à cidade, essas áreas encontram seu lugar dentro de uma perspectiva integrativa coerente e sensata.

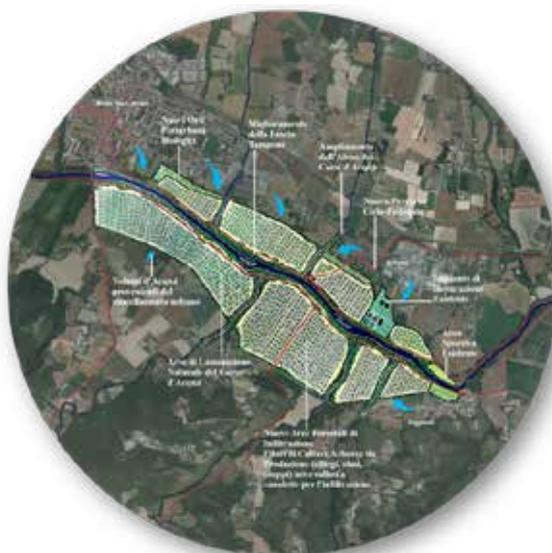
Um projeto bioregional para as áreas montanhosas, em particular, deve, por um lado, manter e sustentar a diversidade dentro de um modelo de interdependência bioregional, a fim de garantir os benefícios oferecidos pela montanha a todo o território (Marino; Poli; Rovai, 2023). A montanha, por outro lado, pode hoje reivindicar seu direito de oferecer a seus habitantes certas vantagens e oportunidades que até então estavam disponíveis apenas nas áreas urbanas. Graças à deslocalização de serviços, a montanha (re)populada pode ser imaginada como uma rede urbana policêntrica, que permite a seus habitantes aproveitar funções e serviços disseminados semelhantes aos oferecidos na concentração urbana. A questão, portanto, é como manter as especificidades, transmitindo-as às futuras gerações, enquanto ao mesmo tempo desencadeando uma reversão da despovoação.

Estudos recentes (Corrado; Dematteis 2016) mostram que, nas últimas décadas, um fenômeno de “reabilitação” de certas áreas montanhosas interiores começou na Europa, assim como na Itália. Apesar de ainda serem limitados em número, o processo revela uma nova forma de pensar. As montanhas não são mais vistas apenas como um espaço marginal; ao contrário, condições de vida atraentes, patrimônio territorial e recursos locais são destacados como potenciais geradores de renda e emprego. A “vitalidade das margens”, a “nova centralidade das montanhas” (Bonomi, 2013; Bolognesi; Corrado, 2021) destacam esse novo caminho a seguir. Para sustentar esse “retorno à montanha”, também é necessário estabelecer alianças conscientes entre as áreas rurais interiores ou montanhosas e a cidade, com base em uma visão de interdependência mútua, na qual recursos e serviços possam ser trocados.

O caso da “montanha metropolitana” do Mugello

A área do Mugello, ao norte da Cidade Metropolitana de Florença, consiste em uma bacia intermontanhosa caracterizada por grandes áreas arborizadas e rurais e, acima de tudo, por abundantes reservatórios de água - nomeadamente o reservatório artificial de Bilancino, o rio Sieve com seus afluentes, além de numerosas fontes - que abastecem a cidade metropolitana. Dadas suas características, a área do Mugello pode ser considerada uma “montanha metropolitana” para Florença. Seus ricos recursos de água, florestas, paisagens rurais e agricultura orgânica contribuem significativamente para a provisão de múltiplos serviços ecossistêmicos (SE) para toda a bioregião: provisão de água e alimentos, sequestro e armazenamento de CO₂, paisagens etc. Essas características tornam o território do Mugello uma área estratégica para a ativação de economias locais ligadas à gestão de recursos hídricos, também através da introdução de modelos de governança inovadores. No contexto da pesquisa “Um modelo de produção territorial de serviços ecossistêmicos para o serviço hídrico integrado”, coordenada por D. Poli, e de trabalhos anteriores e subsequentes que incorporaram seus resultados, foram formuladas algumas propostas para essa área montanhosa.

Figura 3 – Projeto de novas áreas florestais para a recarga artificial de águas subterrâneas ao longo do rio Sieve.



Fonte: Dissertação de mestrado de S. Angelini, “A reconstrução do sistema hídrico subterrâneo e superficial do Mugello para a identificação de Serviços Ecossistêmicos no contexto do planejamento biorregional”. Orientadora: Daniela Poli, desenho de S. Angelini.

De um lado, a construção de uma estratégia territorializada integrada (Poli; Butelli, 2023) visa sugerir um quadro compartilhado para a gestão patrimonial dos serviços ecossistêmicos (SE) (Poli; Chiti; Granatiero, 2020), com base na preservação e valorização dos SE relacionados à água e na ativação de novas economias locais e formas inovadoras de governança baseadas em Pagamentos por Serviços Ecossistêmicos (PES). A visão proposta envolve a implementação de tal estratégia por meio de ferramentas de acordo entre os provedores e beneficiários de SE. Por meio de uma dissertação, a proposta estratégica de um ecomuseu da água foi explorada, concebido, de acordo com a definição de Rivière e de Varine de 1971 (De Bary; Desvalles; Wasserman, 1994), como um laboratório permanente de conhecimento, proteção ativa e valorização para o desenvolvimento local autossustentável do patrimônio territorial relacionado à água pelos atores locais (Butelli, 2022).

CONCLUSÃO

Como os casos apresentados aqui demonstraram, uma abordagem territorialista baseada na referência da bioregião urbana pode ser fundamental para contrabalançar os atuais modelos de má-gestão territorial, oferecendo uma alternativa sólida. O caminho territorialista para o desenvolvimento bioregional é baseado na patrimonialização proativa fundamentada na democracia local e voltada para o crescimento de riqueza duradoura. Operacionalmente, reestruturar o território de acordo com o modelo de bioregião urbana significa superar o padrão dicotômico de expansão metropolitana versus abandono rural por meio de:

- (i) uma reorganização da metrópole em um sistema de assentamento policêntrico com bordas estabilizadas, integrado à rede bioregional eco-territorial;
- (ii) uma reorganização do território intermediário, onde a zona urbana é redesenhada como uma membrana porosa que permite trocas sensíveis com o território agro-florestal multifuncional que cerca a cidade;
- (iii) uma reativação integrada das áreas rurais e montanhosas, onde o reconhecimento de sua importância ecológica e ecossistêmica reposiciona seu papel no equilíbrio regional como barycentros de uma nova centralidade cultural e econômica.

A desconstrução e a remontagem do território urbano e rural como um todo bioregional não é simplesmente uma reorganização espacial ou ecológica; ao contrário, é concebida como intimamente ligada a uma recentralização do papel das comunidades estabelecidas como protagonistas das trajetórias espaciais, culturais e econômicas do território. Este é o fio condutor que percorre a patrimonialização do território, o projeto espacial bioregional e a participação ativa dos habitantes por meio de ferramentas de acordo, apontando para uma forma renovada e autêntica de democracia local e autodeterminação para moldar padrões sob medida de desenvolvimento de baixo para cima.

REFERÊNCIAS

- BASTIANI, M. *Contratti di fiume*. Pianificazione strategica e partecipata dei bacini idrogeografici. Palermo: Flaccovio, 2011.
- BARBANTE, A. Come allargare gli orizzonti di possibilità per il buon governo del territorio. In: MARSON, A. (ed.). *Urbanistica e pianificazione nella prospettiva territorialista*. Macerata: Quodlibet, 2019. p. 25-36.

- BECATTINI, G. *La coscienza dei luoghi*. Il territorio come soggetto corale. Roma: Donzelli, 2015.
- BERG, P. *A green city program for the San Francisco Bay Area and beyond*. San Francisco: Planet Drum, 1987.
- BERG, P.; DASMANN, R. Reinhabiting California. *The Ecologist*, v. 7, n. 10, p. 399-401, 1977.
- BOLOGNESI, M.; CORRADO, F. La centralità della montagna. *Scienze Del Territorio*, v. 9, 2021.
- BONOMI, A. *Il capitalismo in-finito*. Indagini sui territori della crisi. Torino: Einaudi, 2013.
- BRUNORI, G.; MARANGON, F.; REHO M. (ed.). *La gestione del paesaggio rurale tra governo e governance territoriale*. Milano: Franco Angeli, 2007.
- BUTELLI, E. *Tra Arno e colline: agricoltura qui vicino*. Firenze: SdT Edizioni, 2015.
- BUTELLI, E. Servizi ecosistemici e paesaggio: una gestione patrimoniale. *Restauro Archeologico*, n. 2, p. 82-87 2022.
- CELLAMARE, C. L'azione pubblica e la valorizzazione del protagonismo sociale. In: MARSON, A. (ed.). *Urbanistica e pianificazione nella prospettiva territorialista*. Macerata: Quodlibet, 2019. p. 37-46.
- CORRADO, F.; DEMATTEIS, G. (a cura di). Riabilitare la montagna. *Scienza del Territorio*, n. 4, 2016.
- DAVALLON, J. *Le don du patrimoine: une approche communicationnelle de la patrimonialisation*. Paris: Hermès Science Publications, 2006.
- DEELSTRA, T.; BOYD, D.; BIGGELAAR (Van Den), M. Multifunctional land use: an opportunity for promoting urban agriculture in Europe. *Urban Agriculture Magazine*, n. 4, 2001.
- DE BARY, M.; DESVALLES, A.; WASSERMAN, F. (ed). *Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie*. Savigny-le Temple: Editions W, 1994.
- DEMATTEIS, G. Di quali territori parliamo: una mappa delle aree interne. *Conference "Le aree interne: nuove strategie per la programmazione 2014-2020 della politica di coesione regionale"*. Rome, 15 Dec. 2012.
- DONADIEU, P. *Campagne urbane*. Una nuova proposta di paesaggio della città Roma: Donzelli, 2006.
- FANFANI, D. Co-evolutionary Recovery of the Urban/Rural Interface: Policies, Planning, and Design Issues for the Urban Bioregion. In: FANFANI, D.; MATARÁN RUIZ, A. (ed.). *Bioregional Planning and Design: Perspectives on a Transitional Century*. Cham: Springer, 2020. p. 129-150. Vol. 1.
- FANFANI, D.; MATARÁN RUIZ, A. Introduction to Bioregional Planning. Relocalizing Cities and Communities for a Post-oil Civilization. In: FANFANI, D.; MATARÁN RUIZ, A. (ed.). *Bioregional Planning and Design: Perspectives on a Transitional Century*. Cham: Springer, 2020. p. 1-16. Vol. 1.
- FEAGAN, R. The place of food: Mapping out the 'local' in local food systems. *Progress in Human Geography*, v. 31, n. 1, p. 23-42, 2007.
- FRASER, N. *Cannibal Capitalism: How our System is Devouring Democracy, Care, and the Planet and What We Can Do About It*. London: Verso, 2022.
- GEDDES, P. *Città in evoluzione*. Milano: Il Saggiatore, 1970.
- LINCK, T. Economie et patrimonialisation. Les appropriations de l'immatériel. *Développement durable et Territoires*, v. 3, n. 3, p. 1-22, 2012.
- MAGNAGHI, A. (ed.). *La regola e il progetto*. Un approccio bioregionalista alla pianificazione territoriale. Firenze: Firenze University Press, 2014.
- MAGNAGHI, A. *Il principio territoriale*. Torino: Bollati Boringhieri, 2020a.
- MAGNAGHI, A. The territorialist approach to urban bioregions. In: FANFANI, D; MATARAN RUIZ, A. (eds.). *Bioregional planning and design*. Perspectives on a transitional century. v. 1. Cham: Springer, 2020b. p. 33-61.
- MAGNAGHI, A. Un'introduzione ai servizi eco-territoriali. In: POLI, D. (ed.). *I servizi ecosistemici nella pianificazione bioregionale*. Firenze: Firenze University Press, 2020c. p. 37-45.
- MAGNAGHI, A.; FANFANI, D. (ed.). *Patto città-campagna*. Un progetto di bioregione urbana per la Toscana centrale. Firenze: Alinea, 2010.
- MARINO, D.; POLI, D.; ROVAI, M. (ed.). *Montagna, servizi ecosistemici e strumenti di governance in Toscana*. Firenze: Regione Toscana, 2023.
- MARSON, A. (ed.). *La struttura del paesaggio*. Una sperimentazione multidisciplinare per il Piano della Toscana. Bari-Roma: Laterza, 2016.
- MARZOCCA, O. Territorialismo, eco-territorialismo, bioregionalismo: genesi, contesti, motivazioni. In: MAGNAGHI, A.; MARZOCCA, O. *Ecoterritorialismo*. Firenze: Firenze University Press, 2023. p. 1-15.
- MELONI, B.; FARINELLA, D. *Sviluppo rurale alla prova*. Dal territorio alle politiche. Torino: [Rosenberg & Sellier](#), 2013.

- MINCKE, C.; HUBERT, M. (ed.). *Ville et proximité: approche pluridisciplinaires*. Bruxelles: Faculté Universitaire Saint Louis, 2011.
- MOUGEOT, L. J. A. (ed.). *Agropolis. The Social, Political and Environmental dimensions of urban agriculture*. London: Earthscan and the International Development Research Centre (IDRC), UK-USA, 2005.
- MUMFORD, L. *La città nella storia*. Milano: Bompiani, 1981.
- NORGAARD, R. B. *Development betrayed: the end of progress and a coevolutionary revisioning of the future*. London: Routledge, 1994.
- PASQUI, G. *Urbanistica oggi*. Piccolo lessico critico. Roma: Donzelli, 2017.
- POLI, D. Le strutture di lunga durata nei processi di territorializzazione. *Urbanistica – monographic issue on the Puglia Region landscape plan*, n. 147, p. 19-23, 2011.
- POLI, D. *Agricoltura paesaggistica*. Visioni, metodi, esperienze, Firenze: Firenze University Press, 2013a.
- POLI, D. Per una ridefinizione dello spazio pubblico nel territorio intermedio della bioregione urbana. In: MAGNAGHI, A. (ed.). *La regola e il progetto*. Un approccio bioregionalista alla pianificazione territoriale. Firenze: Firenze University Press, 2013b. p. 43-67.
- POLI, D. Il patrimonio territoriale fra capitale e risorsa nei processi di patrimonializzazione proattiva. In: MELONI, B. (ed.). *Aree interne e progetti d'area*. Torino: Rosenberg e Sellier, 2015b. p. 143-159.
- POLI, D. La nuova categoria di spazio pubblico territoriale nella bioregione urbana fra parco agricolo multifunzionale e contratto di fiume. *Atti della XVIII Conferenza nazionale SIU (Venezia 11-13 giugno 2015)*. Roma-Milano: Planum, 2015a. p. 381-388.
- POLI, D. *Le comunità progettuali della bioregione urbana*. Un parco agricolo multifunzionale in Riva sinistra d'Arno. Macerata: Quodlibet, 2019.
- POLI, D. La città come nodo della rete eco-territoriale della bioregione urbana. In: MAGNAGHI, A.; MARZORCCA, O. *Ecoterritorialismo*. Firenze: Firenze University Press, 2023a. p. 143-159.
- POLI, D. (ed.). *I servizi ecosistemici nella pianificazione bioregionale*. Firenze: Firenze University Press, 2020a.
- POLI, D. Patrimonio territoriale e bioregione urbana: la riscoperta delle morfologie del territorio. *U+D – Urbanform and Desing*, n. 20, p. 14-21, 2023b.
- POLI, D.; CHITI, M.; GRANATIERO, G. L'approccio patrimoniale ai servizi ecosistemici. In: POLI, D. *I servizi ecosistemici nella pianificazione bioregionale*. Torino: Stampa, 2020. p. 1-34.
- POLI, D.; BUTELLI, E. Strategia integrata territorializzata. In: MARINO, D.; POLI, D.; ROVAI, M. (ed.). *Montagna, servizi ecosistemici e strumenti di governance in Toscana*. Firenze: Regione Toscana, 2023. p. 243-247.
- PRIGENT-SIMONIN, A.; HERAULT-FOURNIER, C. (ed.). *Au plus près de l'assiette*. Pérenniser le circuit court alimentaires. Dijon-Paris: Educagri Editions Quae, 2012.
- SACHS, W. (ed.). *Dizionario dello sviluppo*. Una guida alla conoscenza come potere. Nuova edizione aggiornata. Roma: Castelvechi, 2022.
- SHIVA, V. *Staying Alive: Women, Ecology and Development*. London: Zed Books, 1998.
- THAYER, R. L. *Life place*. Bioregional thought and practice. Berkeley: University of California Press, 2023.

Autor corrispondente

Daniela Poli
University of Florence (DiDA)
P.za di San Marco, 4, 50121 Firenze FI, Italy
daniela.poli@unifi.it

Este é um artigo de acesso aberto distribuído
sob os termos da licença Creative Commons.

